

A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA DE CHAYANOV NA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO ALECRIM NO MUNICÍPIO DE SELVÍRIA-MS¹

THE ORGANIZATION OF THE PRODUCTION OF Chayanov peasant IN LAND REFORM: THE CASE OF THE SETTLEMENT ALECRIM IN THE MUNICIPALITY OF SELVÍRIA-MS

Cícero Rogério Henrique Laluce²

RESUMO:

A origem da agricultura familiar brasileira se encontra na história dos índios, dos escravos africanos, dos mestiços, dos brancos não herdeiros e os imigrantes europeus e, atualmente, compreende uma grande diversidade cultural, social e econômica. Nesta discussão sobre o protagonismo da agricultura familiar destacam-se duas vertentes: uma que define os agricultores familiares como uma moderna agricultura e, a outra, que defende a existência de raízes históricas na agricultura familiar brasileira. Neste trabalho consideramos, a partir da análise dos dados do assentamento Alecrim, no município de Selvíria em Mato Grosso do Sul, que a teoria de Chayanov acerca de uma lógica camponesa diferente da lógica capitalista é que melhor explica o comportamento dos assentados diante dos limites impostos à Reforma Agrária. Portanto assumimos que os assentados são um segmento da “agricultura familiar” e tem como eixo central a racionalidade da produção camponesa, onde a família detém a posse ou a propriedade dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva visando satisfazer as necessidades de consumo, por vezes vendendo o excedente de sua produção ou então sua mão de obra na busca de satisfazer as necessidades da família.

¹ Agradeço a leitura criteriosa e as importantes contribuições feitas ao texto pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida.

² Engenheiro Agrônomo, Extensionista Rural – Mestrando em Sistemas de Produção – Unesp Campus de Ilha Soteira/SP. E-mail: rogeriolalucci@hotmail.com

PALAVRAS CHAVES: Reforma agrária. Agricultura familiar. Campesinato. Chayanov.

ABSTRACT:

The origin of the Brazilian family farming is in the history of the Indians, African slaves, the mestizos, whites and non-European immigrants heirs and currently comprises a wide variety of cultural, social and economic. In discussing the role of the family farm highlights are twofold: one that defines family farmers as a modern agriculture and the other, which asserts the existence of historical roots in Brazilian family farming. We consider, from the analysis of data nesting Rosemary, in Selvíria in Mato Grosso do Sul, Chayanov's theory about a different peasant logic of capitalist logic is that better explains the behavior of the settlers on the limits Agrarian Reform. Therefore we assume that the settlers are a segment of the "family farm" and has as its central axis rationality of peasant production, where the family has possession or ownership of the means of production and performs the work in order to meet production unit consumption needs sometimes selling the surplus of their production or their workforce in the quest to meet the needs of the family.

Keyword: Land reform. Family agriculture. Peasantry. Chayanov.

INTRODUÇÃO

A origem da agricultura familiar brasileira se encontra na história dos índios, dos escravos africanos, dos mestiços, dos brancos não herdeiros e os imigrantes europeus e atualmente compreende uma grande diversidade cultural, social e econômica. Na década de 1990, com a legitimação por parte do Estado de uma classe representativa dos pequenos produtores rurais que tinham a força de trabalho

proveniente da família, a agricultura familiar passa a ser reconhecida enquanto seguimento produtivo e se destaca no âmbito das políticas públicas.

Segundo Altafin (2007), são diversas as contribuições encontradas na literatura para circunscrever o conceito de agricultura familiar, dentre as quais se destacam duas vertentes: uma que define a moderna agricultura como uma nova categoria, gerada a partir das mudanças nas sociedades capitalistas desenvolvidas, e outra que defende a existência de raízes históricas na agricultura familiar brasileira, onde o agricultor mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade, portanto, um conceito em evolução.

Ao considerarmos a teoria de Chayanov (1974), que tem como eixo central a racionalidade da produção camponesa, onde a família detém a posse ou a propriedade dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podemos entender a agricultura familiar brasileira, pois tais fatores convergem resultando como uma especificidade desse sistema de produção. Chayanov define também, que a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução familiar, apesar de não negar o interesse da família agricultora em comercializar o resultado de sua atividade produtiva obtendo maior renda.

Segundo Wanderley (1996), o significado e a abrangência do termo agricultura familiar atribuídas no Brasil assumiram ares de renovação, com o surgimento de um produtor moderno, diferente do camponês tradicional. A autora tomou como ponto de partida para refletir sobre a temática da agricultura familiar, que este é um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas e particulares, onde nesta última encontra-se o campesinato. Também considerou que

mesmo tendo que se adaptar às exigências da agricultura moderna, a agricultura familiar

[...] guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (Wanderley, 1996, p.15).

O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

É inegável a importância da agricultura familiar para o País. Falta, no entanto, uma melhor compreensão de sua origem e de sua lógica de produção. Por falta deste tipo de entendimento algumas políticas públicas não tem apresentado os resultados esperados, um exemplo é a política de fortalecimento da agricultura familiar via crédito agrícola, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Instituído de fato a partir de 1996, visa o fortalecimento da agricultura familiar mediante apoio técnico e financeiro, para fomentar o desenvolvimento rural sustentável, e tem como objetivo geral fortalecer a capacidade produtiva da mesma, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER et al., 2004, p. 3).

Ainda, segundo Schneider, baseado no Manual Operacional do Pronaf, os objetivos específicos do Programa visam tanto ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo destes; como elevar o seu nível de profissionalização através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão

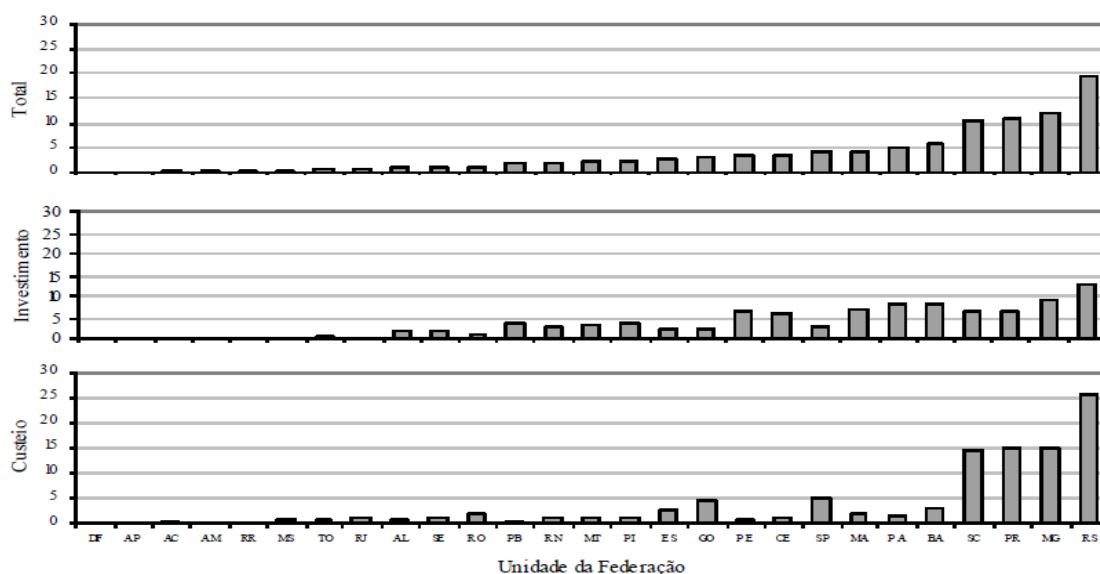
social e estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. Também baseado nos direcionamentos do Manual, o autor apresenta as quatro grandes linhas de atuação do Pronaf:

- a) Crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais;
- b) Financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares;
- c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) Financiamento da pesquisa e extensão rural visando à geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Na prática, o Programa se tornou um programa de crédito, não cumprindo no final nenhum de seus objetivos. Pois como política de crédito agrícola, segundo alguns autores, como Abramovay e Veiga (1999), Belik (1999) e Silva (1999) citados por Mera e Didonet (2010), ele atende na prática os agricultores com maior poder aquisitivo, aqueles que produzem maiores lucros, que já mantinham relações comerciais com o setor bancário e os agricultores integrados à indústria.

Estudando a distribuição dos recursos do Pronaf nas unidades da federação, entre os anos de 1996 e 2006, Souza et. al. (2011) mostraram conforme gráfico 1, que tanto recursos de investimento como custeio, tem a distribuição concentrada nos estados onde os agricultores têm tradicionalmente melhores estrutura e tradição produtivas, estando mais integrados aos mercados.

Gráfico 1 - Distribuição dos recursos do Pronaf entre as Unidades da Federação, 2006



Fonte: Souza et al. (2011, p. 4).

Outro fator constatado no trabalho de Souza et al. (2010), e que pode ser observado na tabela 2, refere-se a distribuição dos recursos. Mostram que nos estados mais pobres da federação, cujo apoio financeiro para seu fortalecimento acredita-se ser mais necessário, é onde se encontra as menores parcelas de recursos e pode-se observar ainda, que os motivos alegados para a não tomada de crédito são variados. Dentre eles é importante destacar, o fato de que, em todas as regiões pesquisadas pelos autores mais de 40% dos produtores entrevistados afirmaram não precisar do crédito, mesmo nas regiões mais pobres. Como poderia alguém pobre não precisar de recursos? Parece uma contradição.

Mas na lógica destes produtores não tem lógica usar a produção para pagar Banco ou, então, produzir para ter lucro. Isso nos leva a supor que a lógica das políticas publicas para agricultura familiar, pelo menos com relação ao crédito, não

atende às expectativas destes produtores familiares, mesmo, estando eles em situação de ausência de recursos para investimento na propriedade.

Tabela 1 - Percentual dos estabelecimentos que não obtiveram financiamento e motivos do não acesso a esse recurso – agricultura familiar
Fonte: Souza et al. (2010, p.108).

Região	Não Obtiveram	Motivo						
		Falta de Garantia	Não sabe Como	Burocracia	Débito Anterior	Medo de Dívida	Outro Motivo	Não Precidou
Norte	91,19	2,94	3,95	14,18	3,14	17,01	13,68	45,10
Acre	90,37	4,10	3,85	10,95	3,16	15,32	13,87	48,74
Amapá	92,98	2,85	2,59	20,66	1,05	8,72	9,09	55,03
Amazonas	95,48	4,17	6,18	12,01	0,94	13,32	9,13	54,25
Pará	91,97	3,21	5,04	16,36	3,22	16,90	14,13	41,12
Rondônia	87,73	1,63	0,69	11,77	5,13	19,13	14,60	47,05
Roraima	93,34	2,26	2,71	21,68	1,60	12,03	13,89	45,83
Tocantins	87,46	1,43	1,39	11,16	3,19	22,34	17,21	43,28
Nordeste	86,50	2,18	1,62	8,21	4,29	26,84	16,42	40,44
Alagoas	88,23	3,92	1,66	7,53	4,86	24,97	16,43	40,63
Bahia	88,70	2,00	1,57	8,12	4,37	26,95	16,44	40,55
Ceará	84,28	2,54	1,18	7,45	3,81	30,29	17,41	37,33
Maranhão	90,36	2,35	3,01	11,61	2,15	24,70	13,56	42,61
Paraíba	84,82	2,23	1,24	5,18	4,89	28,65	17,62	40,19
Pernambuco	86,62	2,33	1,75	7,50	3,90	26,19	15,96	42,36
Piauí	81,60	1,54	1,21	8,02	6,65	30,83	18,06	33,69
Rio G. do Norte	79,03	1,32	1,18	11,34	5,23	19,35	17,64	43,94
Sergipe	85,54	0,96	0,94	7,40	5,45	17,26	16,16	51,84
Sudeste	85,31	0,88	0,91	6,30	1,83	19,33	7,03	63,72
Espírito Santo	83,90	0,96	0,72	6,34	1,57	18,18	8,38	63,86
Minas Gerais	83,45	0,91	1,04	6,64	2,32	22,61	8,13	58,35
Rio de Janeiro	94,15	0,91	1,18	7,04	0,60	18,44	4,59	67,24
São Paulo	88,74	0,77	0,56	5,11	0,98	11,17	4,20	77,22
Sul	62,54	1,34	0,57	5,92	1,32	12,77	6,53	71,53
Paraná	69,78	1,59	0,65	6,68	1,39	14,92	6,94	67,83
Rio G. do Sul	57,15	1,24	0,52	5,43	1,23	11,79	6,61	73,18
Santa Catarina	61,61	1,06	0,54	5,39	1,39	10,43	5,55	75,64
Centro-Oeste	86,86	2,25	1,10	12,42	3,10	15,12	12,56	53,45
Distrito Federal	86,73	9,10	1,83	14,98	2,84	21,18	11,50	38,56
Goiás	86,20	1,53	1,15	7,91	2,46	17,93	9,30	59,72
Mato Grosso	86,97	2,54	1,25	17,75	3,51	12,30	15,61	47,04
Mato G. do Sul	88,09	2,86	0,63	10,78	3,61	14,79	13,17	54,16
Brasil	82,11	1,92	1,57	8,40	3,26	21,85	12,90	50,10

Não é objetivo neste artigo nos aprofundarmos no assunto, nos interessa neste caso reforçar a compreensão de que pela análise destes aspectos do PRONAF, os formuladores das políticas públicas parecem desconhecer a lógica de produção destes agricultores familiares.

Constatações como estas nos levam a pensar que existe razões mais profundas, razões intrínsecas ao modo de vida camponês que fazem com que a injeção de recursos para aumentar a produção, a partir de um modelo voltado à atender o mercado como forma de obtenção de lucro, não lhes é atrativa.

O CASO DO ASSENTAMENTO ALECRIM NO MUNICÍPIO DE SELVÍRIA-MS

Segundo Laluce & Sant'Ana (2011) a propriedade Alecrim foi incorporada ao Plano Nacional de Reforma Agrária por via da modalidade desapropriação de imóvel rural. Foi o primeiro assentamento a ser criado no município de Selvíria. Sua história teve início por volta do ano de 2000, com as primeiras iniciativas de mobilização dos produtores e trabalhadores feitas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município e tinha como alvo a fazenda Morro Vermelho e Cezalpina que se suspeitava ser improdutivo e passível de desapropriação, situação esta, que foi confirmada por levantamento feito pelo então Idaterra – Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, atual AGRAER - Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, Instituição do Governo de Mato Grosso do Sul, ligada a SEPROTUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul. Com esta confirmação as famílias são motivadas a montar acampamento as margens da rodovia MS-444, próximo à Fazenda, na tentativa de acelerar o processo de desapropriação.

Com o passar do tempo o INCRA não consegue desapropriar a fazenda, o movimento perde força e muitas famílias deixam o acampamento e voltam para a sede do município de Selvíria, em busca de trabalho e renda.

Durante muito tempo o movimento fica enfraquecido, mas alguns poucos membros do movimento, não param de trabalhar no intento de conseguir implantar o primeiro projeto de assentamento no município. Graças ao empenho destas lideranças, o sonho do assentamento volta a ser uma realidade com a possível desapropriação da fazenda Alecrim.

Em 2005 foi realizada a vistoria para fins de avaliação do imóvel rural e posteriormente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, obteve a lmissão na posse da área e o Assentamento foi criado, por meio da Portaria nº 31 de 07 de dezembro de 2006.

O projeto deste assentamento foi baseado na metodologia preconizada pelo Programa Terra Vida – Sistema Sócio-Proprietário de Assentamento, modelo que foi implementado pelo INCRA, em alguns assentamentos de Mato Grosso do Sul. Este é um modelo de exploração misto com áreas de exploração individual (sítio familiar) e coletiva (área societária). Segundo informações das famílias o modelo não foi negociado com a comunidade, sendo em grande medida foi imposto pelo INCRA. Esta, inclusive, é uma das mais freqüentes reclamações das famílias que acreditam que o modelo dificulta as ações do dia-dia.

O projeto de assentamento tem uma área total de 1.503,5 hectares, que foram divididos em 87 lotes de 11 hectares, além das áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, estradas internas e área para pesquisa.

A área de cada lote foi dividida em duas áreas distintas, uma denominada de sítio familiar com 4,5 hectares, onde foram construídas as casas e instaladas as demais benfeitorias. O restante do lote 6,5 hectares localiza-se em uma das duas áreas denominadas societárias, sendo uma com 172,1ha e a outra com 398,8ha, totalizando 570,9 hectares destinados aos projetos coletivos.

Tabela 2: Divisão do Assentamento Alecrim, de acordo com o tipo de área.

Tipo de área	Área total (ha)
Área Antrópica ocupada por lotes	391,50
Área Antrópica de exploração societária	570,9
Área Antrópica comunitária	1,38

Área destinada à projetos de pesquisa	8,92
Área destinada à implantação de escola	0,23
Área de Preservação Permanente	199,69
Área de estradas internas	15,53
Área da Rodovia MS 444	0,56
Área de Reserva Legal	314,84
Área Total	1.503,55

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Alecrim - P.D.A./2009.

LOCALIZAÇÃO

O Projeto de Assentamento Alecrim está localizado na microrregião de Paranaíba conhecida como região do Bolsão que fica na porção nordeste do estado de Mato Grosso do Sul e abrange nove municípios, dentre eles Selvíria, conforme observa-se na Figura 1.

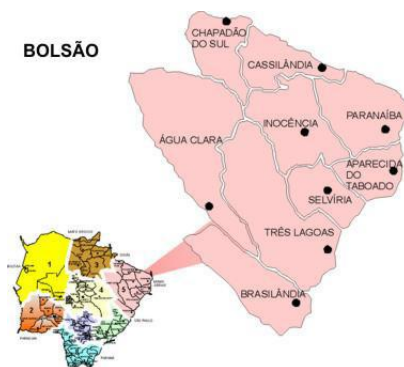


Figura 1: Localização do Município de Selvíria no Estado de Mato Grosso do Sul.
Fonte : P.D.A./ 2009.

O projeto de Assentamento Alecrim está localizado acerca de 40 km da cidade de Selvíria, seguindo pela MS-444 no sentido do município de Inocência (Figura 2). A Figura 3 mostra os diferentes tipos de áreas que compõem o Assentamento Alecrim. Além da área dos lotes há uma grande área denominada societária que destina-se a exploração coletiva.

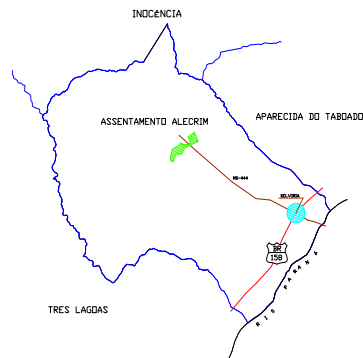
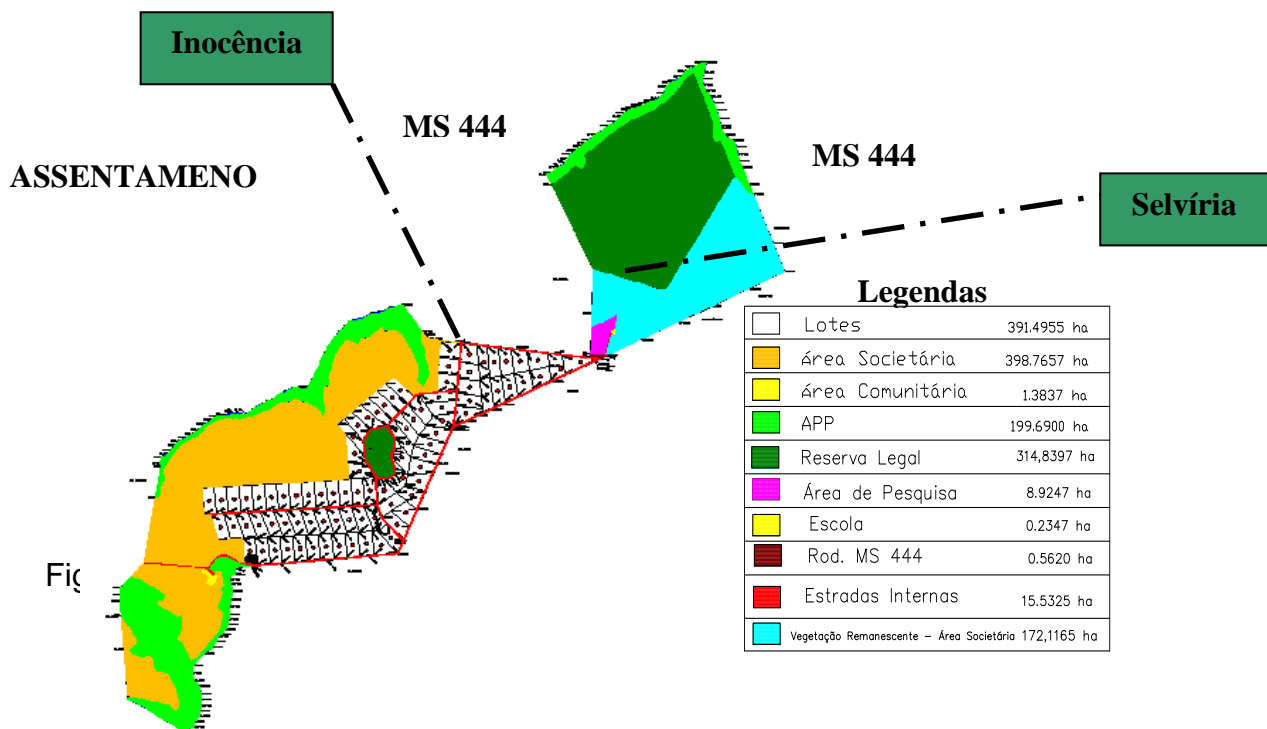


Figura 2: Localização do Projeto de Assentamento no município de Selvíria
Fonte : P.D.A./2009



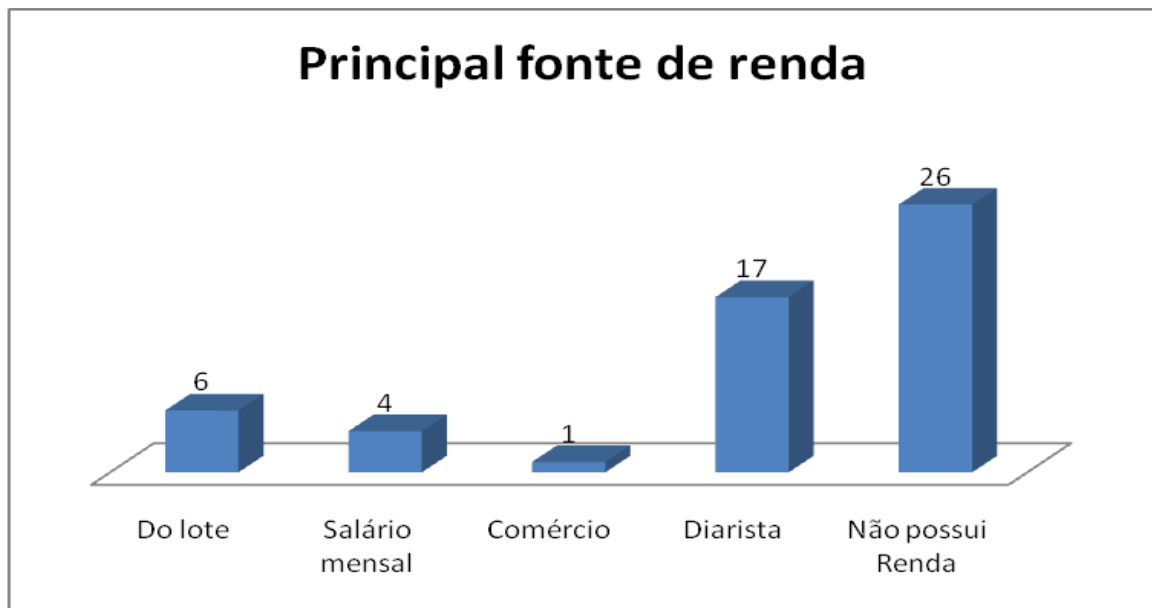
Fonte : P.D.A./2009

SISTEMAS PRODUTIVOS DO ASSENTAMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LÓGICA CHAYANOVIANA

As informações sobre os sistemas produtivos pretendidos, qual a finalidade da produção entre outras, foram levantadas no início do projeto de assentamento através do questionário sócio econômico vocacional, das discussões nas reuniões de elaboração do P.D.A. e de Desenhos dos lotes feito pelas famílias. Portanto, as informações são relacionadas ao que iriam produzir e a experiência de cada um traz na área pretendida.

A maioria das famílias são ligadas a FETAGRI - Federação dos trabalhadores na Agricultura, muitos já não tinham vínculo direto com a terra, trazem experiências de trabalhos nas fazendas da região e buscam no assentamento estruturar o lote com sistemas produtivos visando o comércio regional. A maioria já era constituída por mais de três membros e não possuíam uma fonte de renda no lote, sobreviviam de pequenos trabalhos fora do assentamento, repasses dos programas sociais e trabalhos na sede do município de onde vinham esporadicamente para ocupar o lote.

Gráfico 2 – Outras fontes de renda



Fonte : Questionário socioeconômico/P.D.A.-2009

De maneira geral todas as famílias afirmavam ter uma renda baixa, incapaz de satisfazer as suas necessidades. Para tanto esperavam através dos sistemas produtivos aumentar sua renda com a comercialização da produção no mercado regional.

Tabela 3 . Custo de vida da Família

VALOR	Nº	%
Até 1 Salário mínimos	25	31,3
1 a 2 Salários	49	61,3
Acima de 2 Salários mínimos	6	7,5
TOTAL	80	100,0

Fonte: Inventário Sócio Econômico e Vocacional - ISEV/INCRA/MS/ 2008

Tabela 4. A renda familiar é suficiente ?

	Nº
Sim	04
Não	76
TOTAL	80

Fonte: ISEV/INCRA/MS/ 2008

Tabela 5. Quanto seria suficiente

SM (R\$ 415,00)	Nº	%
Até R\$ 500,00	5	6,25
De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00	29	36,25
De R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00	26	32,5
De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	10	12,5
Acima de R\$ 2.000,00	2	2,5
Não responderam	8	10
TOTAL	80	100

Fonte: ISEV/INCRA/MS/ 2008

Esse anseio das famílias em aumentar sua renda com a comercialização da produção no mercado é presente na lógica camponesa descrita por Chayanov, pois este afirma que em parte isso se deve à sazonalidade da produção agrícola, e aos fatores inerentes à estrutura interna da família, particularmente a pressão da demanda dos consumidores sobre os produtores. Sendo preciso considerar também que a economia camponesa é produtora, sobretudo, de valores de uso, num padrão de circulação simples de mercadorias. Ou seja, o que é vendido no mercado é o que excede o consumo familiar é em larga medida transformado em outros bens de consumo, não produzidos na propriedade segundo a equação M-D-M.

Quando observamos os dados do ISEV/2008/INCRA apenas 16 % das famílias pretendiam produzir para o autoconsumo.

Tabela 6. Atividades preferenciais

ATIVIDADES	Nº
Agricultura de subsistência	07
Agricultura comercial	53
Pecuária de subsistência	16
Pecuária comercial	67
TOTAL	143

Fonte: ISEV/2008/INCRA

As informações indicam ainda que 74 % das famílias, ou seja, 40 das 54 que responderam o questionário socioeconômico do P.D.A. pretendiam desenvolver a atividade de produção de leite os demais pretendiam trabalhar com cultivos diversos (Grupo da roça). Sendo que todos apontaram ter a intenção de desenvolver outras atividades secundárias no lote, basicamente como forma de subsistência ou outra fonte de renda.

A presença de diferentes cultivos como mandioca, hortaliças, frutíferas, e a produção de grãos como milho, arroz e feijão entre outros cultivos, aparecem como intenção de produção de famílias que compõe os dois grupos de produtores.

Um fato que chama a atenção nas informações levantadas é do interesse dos produtores na criação de pequenos animais principalmente aves e suínos que no caso desta última, aparece como atividade de interesse de mais de 50 % dos produtores nos dois grupos principais.

Quadro 1. Resumo de Dados dos Desenhos dos lotes

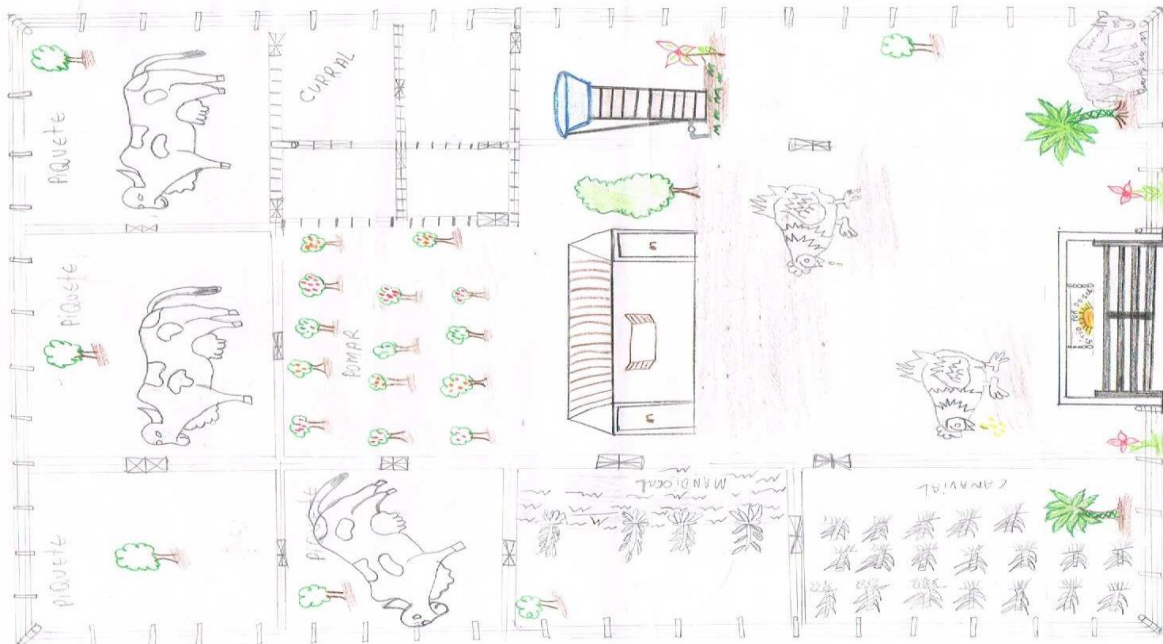
Principais Atividades apontadas	Número de Produtores	Resultados %						
Pecuária de Leite	42	77,78	86	Pastejo Rotacionado	67	Capineira		
			88	Criação de pequenos animais	57	Suínos		
					24	Galinha		
					5	Carneiro		
					2	Frango		
			21	Cultivos diversos	43	Mandioca		
					43	Horta		
					40	Pomar		
					21	Roça		
			Cultivos diversos	12	22,22	17	Horticultura	17
8	Fruticultura	8				Repolho	8	Berinjela
75	Agricultura	8				Alho	8	Cenoura
50	Pecuária de leite	8				Melão	8	Pepino
17	Pomar	8				Maracujá	8	Pimenta
		8				Jiló	8	Melancia
		3				Feijão	8	Amendoim
		3						
		2				Mandioca	8	Café
		5				Cana	8	Arroz
		7						
2	Milho							
75	Criação de pequenos animais	58				Suínos		
		42				Galinha		
		8	Frango					
Agroindústria	1	1,85		Rapadura				

Fonte: Desenhos dos lotes e questionário Socioeconômico/P.D.A 2009

Quando comparamos os dados do quadro um com os da tabela 06 parece haver uma contradição, pois na tabela seis a maioria dos produtores apontaram no início do assentamento a intenção de produzir para o mercado, mas o que fica claro nos dados do quadro um, que representa a organização produtiva dos lotes desenhadas por estes mesmos produtores, é a lógica Chayanoviana da produção da unidade camponesa. E nesta, a maior preocupação é a satisfação das necessidades da família com a produção para autoconsumo.

Isso pode ser constatado na diversidade das atividades pretendidas que são claramente para garantir o sustento da família, mesmo quando se tem uma produção para o comércio, que de fato é uma venda de excedente para garantir uma renda mensal em espécie. Pois como observado por Chayanov (1974) no seu estudo da sociedade agrária russa do início do século XX, duas questões eram básicas na unidade de produção camponesa: a ausência de salários e o fato de que a unidade camponesa, é ao mesmo tempo, uma unidade de produção e uma unidade de consumo. Pode-se concluir ainda que as atividades apontadas são também reflexos da vocação e das experiências destas famílias, também observado por Chayanov quando afirma que a família camponesa organiza sua produção por uma avaliação subjetiva baseada na longa experiência de trabalho agrícola da geração presente e das anteriores.

Outro aspecto que chama a atenção para a lógica descrita por Chayanov presente nas decisões das famílias assentadas no assentamento Alecrim é a organização dos sistemas produtivos dentro de cada lote conforme figuras 4 e 5. Nos lotes as famílias tende a organizar os sistemas produtivos tomando como base:



O espaço físico existente, a mão de obra disponível, a quantidade de animais que tem e/ou que desejam criar, a quantidade de foragem que será necessária para estes animais, a quantidade de instalações que serão necessárias, o ganho esperado entre outros aspectos. Todo este arranjo reproduz nos dias de hoje (um século depois dos escritos de Chayanov) o plano organizativo da unidade econômica camponesa (descrito por Chayanov) tem como fim satisfazer as necessidades da família tendo como base principalmente a força de trabalho disponível para realização de cada atividade, demonstrando, mais uma vez, quão contemporânea são as investigações deste autor quando se refere a lógica da produção camponesa.

Figura 4. Desenho do Lote/ Audeir Marcos de Souza
Fonte : P.D.A. 2009

O VERISSIMO PEREIRA
cunhão PDA - Ass. Alecrim - 10/09/2008 | CPF: 119.01.931-99

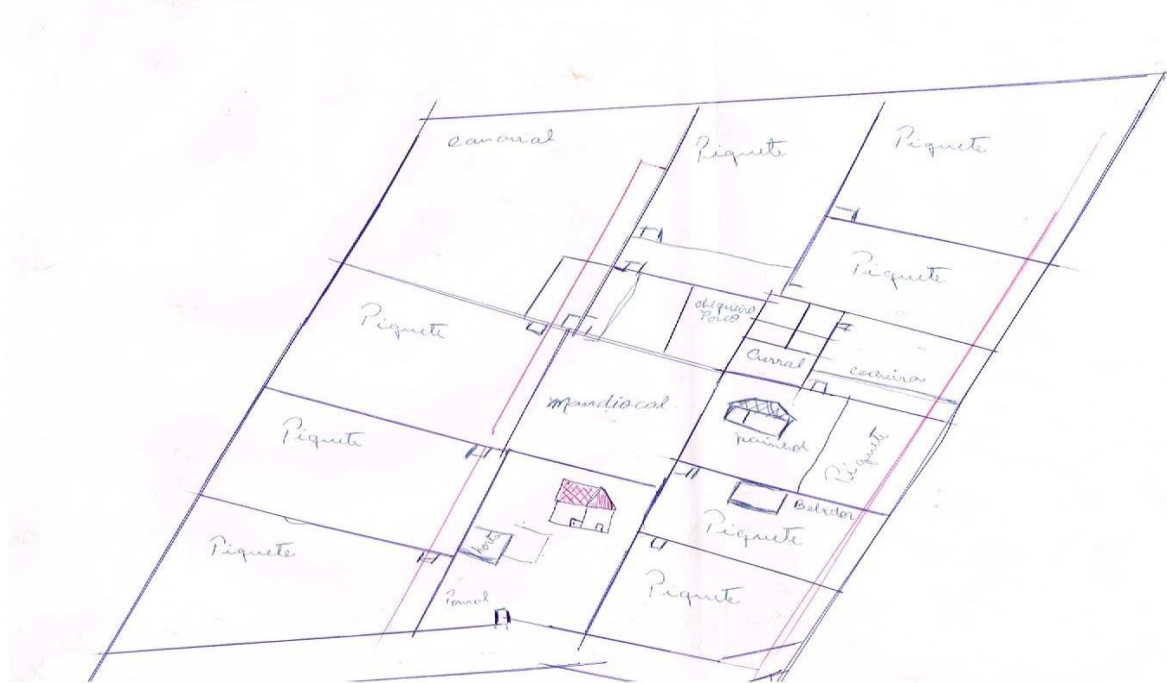
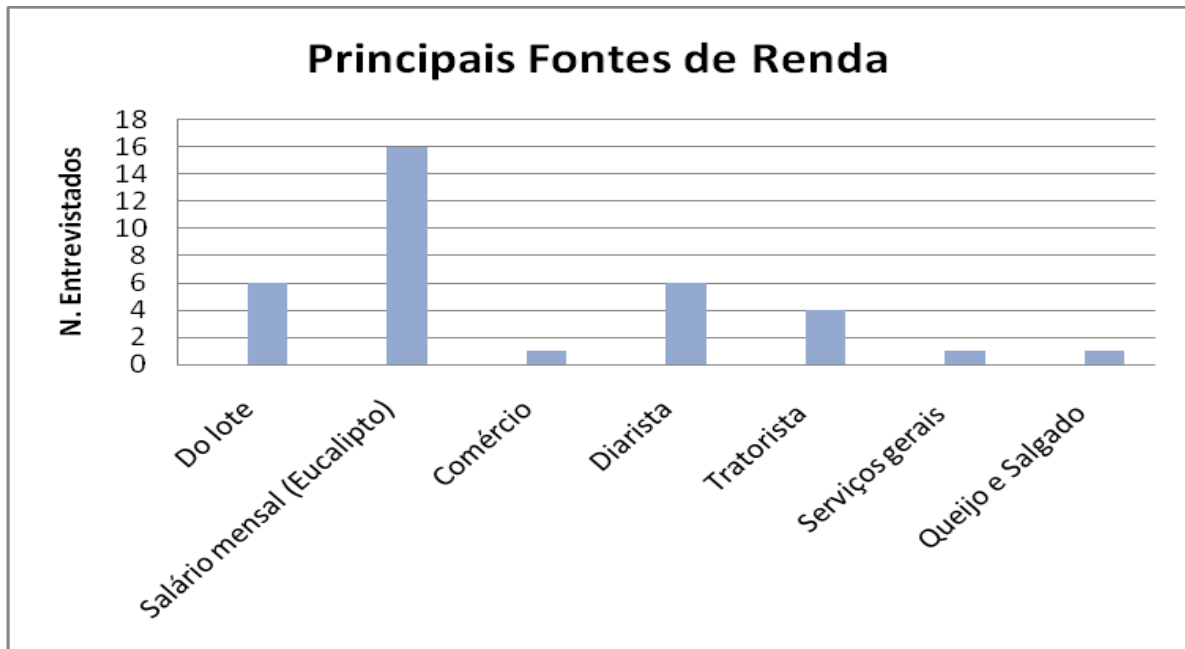


Figura 5. Desenho do Lote/ João Verissimo Pereira
Fonte : P.D.A. 2009

As atividades apontadas no quadro um ainda são as atividades desenvolvidas pelas famílias, mesmo hoje quando a maioria tem como principal fonte de renda trabalhos fora do lote. A produção do lote na verdade se tornou um complemento da renda destas famílias e está mais voltada a produção para autoconsumo, concordando com Chayanov. Uma vez que na sua lógica a própria natureza da produção familiar torna aceitável baixos retornos por unidade de trabalho, o que lhe permite existir em condições que levariam o empreendimento capitalista à ruína.

Gráfico 3. Principais fontes de renda



Fonte: Laluce e Sant'Ana (2011)

Como visto as principais ocupações produtivas desenvolvidas pelas famílias proporcionam baixa renda o que dificulta os investimentos nos lotes e conseqüentemente tornava mais lento o processo de desenvolvimento do assentamento. Essa constatação parece validar o citado por Kunze (2012) quando afirma que:

A pequena propriedade é, no sistema capitalista, uma verdadeira incógnita, tendo como principal função à fixação do homem ao campo, sem garantir seu sustento.

Neste contexto, mais uma vez, aparece a lógica Chayanoviana, pois ele já observava conforme cita Woortmann (2001), que esta lógica leva os camponeses a empregar sua força de trabalho em outras atividades, "crafts and trades", ao lado da agricultura, dadas duas condições: 1) Essas atividades dependem da distribuição desigual do trabalho agrícola durante o ano, isto é, da sazonalidade. Em certas épocas, o trabalho da família é liberado e, com pouca intensidade e pouca

"drudgery" é vantajoso utilizá-lo para estabelecer o equilíbrio econômico pela via do trabalho em outras atividades. 2) Isto não se dá por falta de meios de produção, mas por uma situação de mercado mais favorável para tal trabalho, comparado com aquele da agricultura. Assim, as "forças plenas" podem ser empregadas fora da unidade familiar. Não se trata tampouco de falta de terra, mas porque em certas situações, "crafts and trades" resultam num retorno mais alto por unidade de trabalho, obtendo-se o mesmo rendimento com menos "drudgery".

Portanto, caso em questão não se trata das "Artes e Ofícios" dos tempos de Chayanov e nem tão pouco os trabalhos nos plantio de eucalipto dão os mesmos rendimentos com menos "Labuta". Mas com certeza reproduz a lógica de buscar fora da propriedade o balanço entre trabalho e consumo através da força de trabalho da família.

Neste caso especificamente nos preocupa o fato de que com a constante evolução da mecanização nos processos de cultivo, como hoje já é visto no processo de plantio e colheita de eucalipto, a mão de obra braçal será substituída pelo trabalho de máquinas que podem não ser ainda mais eficientes em termos qualitativos mais é muito mais eficiente quando comparado custo/benefício, pois um trator com uma plantadeira e dois operadores, plantam de 50 a 60 ha/eucalipto/dia ao passo para plantar a mesma área seria necessário a utilização de cerca de 60 homens/dia. Já no processo de colheita apenas um homem e uma máquina colhem cerca 20 m³ de madeira/hora a um custo de cerca de 20,00 US\$/h, para colher o mesmo volume seriam necessários três homens trabalhando com uma motosserra o dia todo.

Assim, em pouco tempo, a população do Assentamento Alecrim que vendeu sua mão de obra para os monocultivos de eucalipto terão de voltar a viver exclusivamente de seus lotes e o tempo que eles trabalharam fora do lote e, portanto, deixaram de investir no seu próprio meio de vida, vão se tornar agora mais um desafio a ser vencido, pois para a maioria viver só do lote ainda não é possível. Neste sentido, concordamos com Kunze (2012) quando cita Marx (1973, p. 746):

“Quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminui, à medida que se acumula o capital que nela funciona, a procura absoluta da população trabalhadora rural. Dá-se uma repulsão de trabalhadores, que não é contrabalançada por maior atração, como ocorre na indústria não-agrícola. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência.”

Desta forma, o trabalho marginal no cultivo de eucalipto que em um dado momento parecia ser a redenção das famílias do assentamento Alecrim, pode em médio prazo tornar-se seu algoz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma agrária traz para o campo um grande número de indivíduos que nunca possuíram terra, e outros que perderam seus laços com a terra. Estes diferentes indivíduos, com suas particularidades de vida e sonhos, são submetidos no assentamento às mesmas condições, pois estão no mesmo território e este a nosso ver tem a capacidade de moldar os indivíduos por força das diferentes influências que exerce sobre eles, ao mesmo tempo, /;lem que o território é transformado pelos indivíduos que nele atuam.

Dentro deste contexto, de interação homem-território, percebemos como a teoria da organização da unidade econômica camponesa, segundo a visão de Chayanov, atua. Portanto o princípio básico da teoria que reside na satisfação das necessidades da família, esta concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo, se mostra contemporânea em nossa realidade.

Esta lógica na verdade é o que permite ao homem no campo, portanto um camponês, se adaptar, moldar e sobreviver neste novo território; pode-se ver esta lógica, na organização dos sistemas produtivos dentro de cada lote, na escolha das atividades produtivas, na busca pela satisfação das necessidades das famílias mesmo em trabalhos externos ao lote, na adequação da força de trabalho as atividades, entre outras estratégias. Assim a lógica da organização da unidade econômica camponesa, descrita com brilhantismo por Chayanov a mais de oitenta anos, ecoa pelos tempos, encantando aqueles que entram em contato com suas descobertas. Mas acima de tudo, se mostrando contemporânea e, mais, nos permitindo compreender com clareza e assim respeitar as formas de sobrevivência da maioria das famílias assentadas no Programa Nacional de Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 2007. Disponível em:

<<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>> Acesso em: 02 jun. 2012.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 342 p.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. As duas “caras” do PRONAF: produtividade ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: CONGRESSO SOBER, 2005, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto, 2005. Disponível em : <<http://www.sober.org.br/palestra/2/376.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2012.

ISEV – Inventário Sócio Econômico e Vocacional – INCRA – Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2008.

LALUCE, C. R. H. ; SANT ANA, A. L. . Evolução das Tendências Produtivas em um Assentamento em Fase Inicial de Implantação: O Caso do Assentamento Alecrim em Selvíria-MS. In: VI SIMPÓSIO DE QUESTÃO AGRÁRIA DA UNESP/1º FÓRUM DE SAÚDE DO TRABALHADOR DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA/A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA EM DEBATE: OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI, 2011, Franca / SP.

MATTEI, Lauro; WAQUIL, Paulo; SCHNEIDER, Sergio et al. Uma análise dos impactos do Pronaf sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: CONGRESSO SOBER, 2007, Londrina. Anais. Londrina, 2005. Disponível em : <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/558.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2012.

MERA, Claudia P. de; DIDONET, Graciela B. Aplicação dos recursos do Pronaf pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS). Perspectiva Econômica, v. 6, n. 2, pp. 45-58, jul/dez 2010. Disponível em: <<http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/101.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2012.

P.D.A. - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO ALECRIM, Selvíria –MS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. (Org.). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Disponível em : <http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_pronaf.pdf> Acesso em: 02 jun. 2012.

SOUZA, Paulo M. de; FORNAZIER, Armando; PONCIANO, Nivaldo J.; NEY, Marlon G. Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. In: CONGRESSO



SOBER, 2005, Ribeirão Preto. Anais.Campo Grande, 2010. Disponível em :
<<http://www.sober.org.br/palestra/15/1142.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2012.